

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA



RELATÓRIO DE AUDITORIA E INSPEÇÃO
1º QUADRIMESTRE - 2015

RELATÓRIO DE AUDITORIA E INSPEÇÃO
1º QUADRIMESTRE - 2015

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

ANTONIO FONTOURA COIMBRA

Defensor Público-Geral

MARCUS EDSON DE LIMA

Subdefensor Público-Geral

CONSTANTINO GORAYEB NETO

Corregedor-Geral

HELIO VICENTE DE MATOS

Corregedor-Auxiliar

VALMIR JUNIOR RODRIGUES FORNAZARI

Defensor Público - Chefe de Gabinete

KELSEN HENRIQUE ROLIM DOS SANTOS

Defensor Público - Chefe da Assessoria Jurídica

ANA FLÁVIA JORDÃO RAMOS

Defensora Pública - Diretora do Centro de Estudos

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO:

CONTROLE INTERNO

Elizeth Mendes de Moraes

AUDITORIA INTERNA

Maria Dalva de Oliveira

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Rafael Figueiredo Martins Dias

Oswaldo Coutinho Magalhães

COM INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR:

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Claudecy Maria Ferreira dos Santos

DIVISÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

José Caetano Filho

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Rocilece Pereira Santana

GRUPO DE TRANSPORTE

Alexandre Zanfonato

GRUPO DE CONTABILIDADE

João Batista de Lima

APRESENTAÇÃO

Este relatório constitui-se em um instrumento fundamental de gestão, transcendendo às disposições legais configurando um processo de aperfeiçoamento permanente dos procedimentos adotados no desempenho das atividades administrativas, ensejando à otimização dos recursos públicos e contribuindo para dar transparência às ações institucionais da Defensoria Pública.

Mesmo sendo facultada a elaboração quadrimestral do Relatório de Gestão Fiscal, por não ter sido incluída na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Defensoria Pública não só o faz como também introduz neste documento, outras informações que considera importante para dar maior visibilidade de suas ações.

A Administração Superior da Defensoria Pública, por meio deste subscritor, tem observado atentamente as orientações e diretrizes apontadas nos últimos relatórios produzidos com a finalidade de realizar os ajustes necessários para evitar a reincidência.

Sob essa perspectiva, a Defensoria Pública busca consolidar sua autonomia e fortalecer sua imagem como uma instituição de excelência na gestão, objetivando criar condições técnicas e legais para dar cumprimento a sua missão constitucional de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos necessitados do Estado de Rondônia.

MARCUS EDSON DE LIMA
Subdefensor Público-Geral

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. PERFIL INSTITUCIONAL.....	6
2.1. Breve Histórico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.....	6
2.2. Organização Administrativa.....	7
2.3. Abrangência Geográfica.....	8
2.4. Corpo Funcional.....	8
3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	10
3.1. Receita Orçamentária.....	10
3.2. Despesa Orçamentária.....	11
3.2.1. Síntese da Execução.....	11
3.2.2. Execução Orçamentária por Programas e Ações.....	12
3.2.3. Execução Orçamentária por Grupos de Natureza.....	13
3.2.4. Alterações Orçamentárias.....	14
3.2.5. Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo de Despesa com Pessoal.....	15
3.2.6. Diárias.....	15
4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA.....	16
4.1. Repasses Financeiros Recebidos.....	16
4.2. Demonstrativo da Conciliação Bancária.....	17
5. ANÁLISE DA GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	18
5.1. Contratos e Convênios.....	18
5.2. Frota de Veículos.....	19
5.3. Consumo de Combustível.....	19
5.4. Almoxarifado e Patrimônio.....	20
6. RECOMENDAÇÕES.....	20
7. CONCLUSÃO.....	22

1. INTRODUÇÃO

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu artigo 54, a emissão, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no artigo 20, do Relatório de Gestão Fiscal assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão.

O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada lei, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.

Entretanto, a Emenda Constitucional nº 45/2004 que conferiu autonomia orçamentária e financeira as Defensorias Públicas dos Estados é posterior a edição da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Desta feita, a LRF não contemplou limites específicos para as defensorias estaduais e, portanto, enquanto esses limites não forem estabelecidos, seus valores devem constar do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo.

Contudo, para fins de transparência da gestão e fortalecimento dos processos de planejamento, auditoria e controle interno, em atendimento ao disposto no artigo 2º, da Instrução Normativa 013/2004-TCER, com base ainda no estabelecido no artigo 51 da Constituição Estadual e no artigo 70 da Constituição Federal, a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, além de elaborar separadamente o demonstrativo da despesa com pessoal exigido pela LRF aos outros órgãos autônomos, também incluiu neste relatório, informações acerca da gestão institucional de forma a dar maior visibilidade à população e aos órgãos de controle externo.

Assim, com o objetivo primordial de dar fiel cumprimento ao princípio constitucional da publicidade, este relatório está subdividido em quatro tópicos principais que englobam o perfil institucional, a análise da execução orçamentária, a análise da situação financeira, e a análise da gestão administrativa.

2. PERFIL INSTITUCIONAL

2.1. Breve Histórico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia

A criação da Defensoria Pública no Estado de Rondônia remonta à instituição da Fundação de Assistência Judiciária de Rondônia – FUNAJUR, criada por meio da Lei nº 168, de 26 de novembro de 1987, tinha por finalidade promover a defesa dos direitos e interesses de pessoas carentes perante o Poder Judiciário, em qualquer instância ou Tribunal, em todo o território do Estado de Rondônia. Modelo que foi inspirado em experiências exitosas daquela época, principalmente do Distrito Federal.

Na mensagem que encaminhou o projeto de lei à Assembleia Legislativa, o então Governador Jerônimo Santana, afirmava ser necessária a criação da Fundação, pois a população de Rondônia, já na época, constituía-se, na sua maior parte, de pessoas carentes que viera de outros Estados da Federação em busca de espaço e de meios de subsistência. Prenunciava, que o problema migratório acarretaria instabilidade no meio social, sendo capaz de aumentar consideravelmente os conflitos de direito e de interesses e, com isso, o índice de criminalidade.

De fato, a reduzida estrutura existente antes da criação da Fundação, por mais que já levasse o nome de Defensoria Pública, não passava de um órgão setorial vinculado à Procuradoria Geral do Estado que não dispunha de condições mínimas para ofertar assistência jurídica aos necessitados. Sensível a esta realidade, o então Desembargador Dimas Fonseca elaborou, nas palavras do Governador, “projeto de lei do mais alto nível instituindo a Defensoria Pública ligada à Administração Direta”, cujo trabalho serviu de base para a edição do Estatuto da Fundação, antecipando assim, o que mais tarde viria a ser instituído em nível nacional pela Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, regulamentada pela Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organizou a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e nos Territórios e prescreveu normas gerais para sua organização nos Estados.

Com isso, criou-se, por meio da Lei Complementar nº 117, de 04 de novembro de 1994, a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, cuja vinculação ao Poder Executivo permaneceria até meados de 2006, quando a Emenda à Constituição do Estado nº 43, de 14 de junho de 2006 c/c a Lei Complementar nº 357, de 26 de julho de 2006, conferiu à Instituição, independência e autonomia funcional, administrativa, financeira e iniciativa de elaborar sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

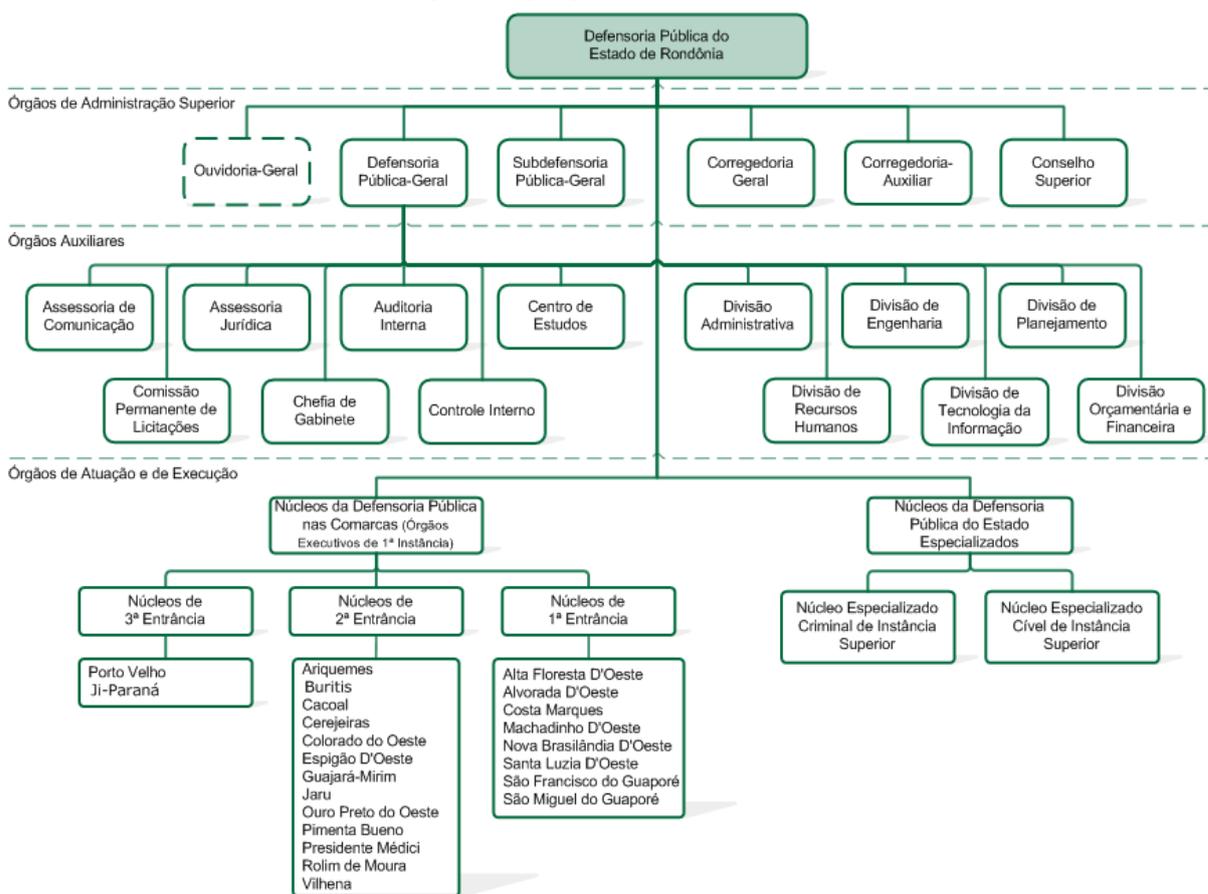
Recentemente, a Instituição como um todo obteve um importante avanço com a aprovação da Emenda Constitucional nº 80/2014, que passou a dar tratamento de “instituição permanente”, além

de ter estabelecido no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Carta Magna, o dever da União, dos Estados e do Distrito Federal, no prazo de 8 (oito) anos, dotar as unidades jurisdicionais de número de defensores públicos proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública, atendendo prioritariamente as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

2.2. Organização Administrativa

Embora o Regimento Interno da Defensoria Pública (Resolução nº 47/2008-DPG/DPE) ainda necessite de atualização, a fim de se adequar às novas necessidades administrativas e estruturais decorrentes do dinamismo das relações internas e do crescimento Institucional, a atual estrutura organizacional da Defensoria Pública pode ser resumida na forma do organograma abaixo:

Figura 1 – Organograma da Defensoria Pública



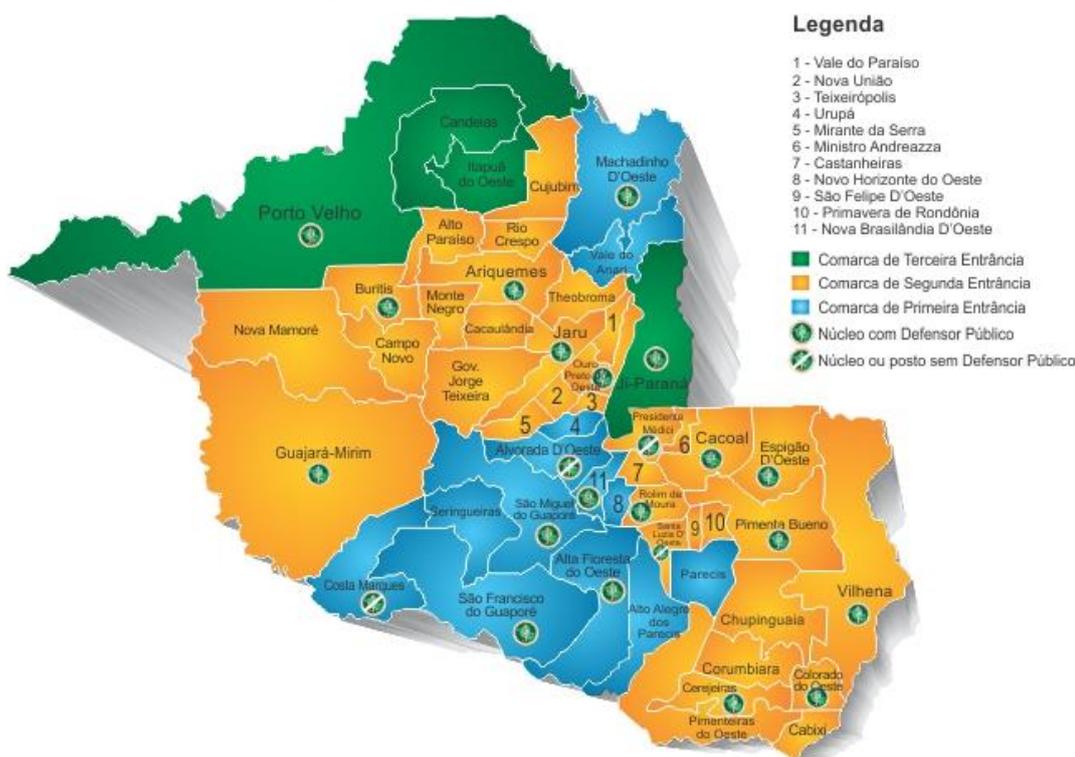
A Defensoria Pública conta ainda com o Fundo Especial da Defensoria Pública - FUNDEP, nos termos do artigo 5º, da Lei Complementar nº 117, de 04 de novembro de 1994, regulamentado por meio da Resolução nº 001/2013-DPE, de 31 de janeiro de 2013.

2.3. Abrangência Geográfica

Atualmente, a Defensoria Pública está presente em 23 (vinte e três) municípios no Estado de Rondônia, contando com um total de 27 (vinte e sete) unidades de atendimento direto ao cidadão em todo o Estado, uma vez que além das sedes da capital e dos núcleos de comarcas, há postos de atendimento localizados na Zona Leste da capital, no município de Candeias do Jamari, e nas unidades do Shopping Cidadão de Ji-Paraná e Rolim de Moura.

Do total de municípios, 19 (dezenove) contam com Defensores Públicos lotados, restando 04 (quatro) municípios que ainda não possuem membros residentes, fazendo-se necessário o deslocamento periódico de Defensores Públicos de municípios vizinhos para atender as demandas que são previamente recepcionadas por servidores da Instituição. A Figura 2 ilustra o mapa da situação atual:

Figura 2 – Mapa de Abrangência Geográfica da Defensoria Pública no Estado de Rondônia, abril/2015



Fonte: Corregedoria-Geral/DPE-RO. Ilustração: Assessoria de Comunicação/DPE-RO

2.4. Corpo Funcional

O quadro de pessoal da Defensoria Pública, é composto atualmente por 440 (quatrocentos e quarenta) profissionais, distribuídos entre 64 (sessenta e quatro) membros ativos; 01 (um) membro

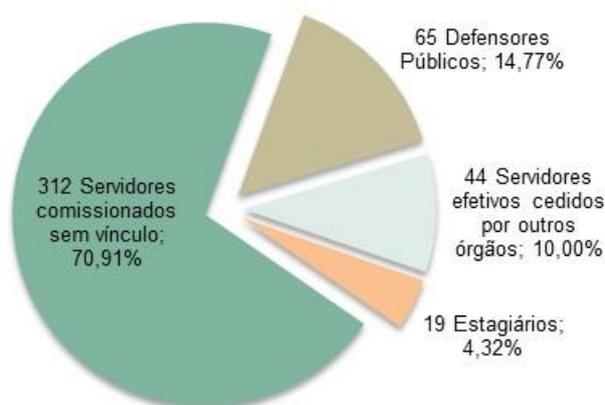
licenciado em mandato eletivo; 44 (quarenta e quatro) servidores efetivos cedidos por outros órgãos; e 312 (trezentos e doze) servidores ocupantes de cargos comissionados sem vínculo e 19 (dezenove) estagiários, conforme disposto na Tabela 1, com participação percentual ilustrada no Gráfico 1.

Tabela 1 – Quadro de Pessoal – 1º Quadrimestre 2015

Vínculo	Total	%
Defensores Públicos	65	14,77
Servidores efetivos cedidos por outros órgãos	44	10,00
Estagiários	19	4,32
Servidores comissionados sem vínculo	312	70,91
TOTAL	440	100,00

Fonte: Divisão de Recursos Humanos/DPE-RO.

Gráfico 1 – Distribuição Percentual do Quadro de Pessoal – 1º Quadrimestre 2015



Ressalta-se, que a Lei Complementar nº 703, de 08 de março de 2013 criou o quadro próprio de pessoal administrativo da Defensoria Pública, com 287 (duzentos e oitenta e sete) cargos de nível superior de Analista de Defensoria Pública e outros 461 (quatrocentos e sessenta e um) cargos de nível médio de Técnico de Defensoria Pública.

A partir da realização do I Concurso para Formação do Quadro Administrativo da Defensoria Pública, previsto para ocorrer em 24/05/2015, o quadro próprio de pessoal deverá começar a ser preenchido de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da Instituição, além do processo natural de substituição de cargos em comissão e devolução de servidores cedidos aos seus órgãos de origem.

Assim, a criação do quadro efetivo de apoio permitirá que a Defensoria Pública realize investimentos no preparo e aperfeiçoamento constante na qualificação e profissionalização de sua

mão de obra, com vínculo efetivo e permanente, o que permitirá mais racionalidade no atendimento dos serviços internos e do atendimento ao público.

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Receita Orçamentária

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários, estabelecido por meio da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 20 de junho 2011, receita, pelo enfoque orçamentário, são todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas orçamentárias e operações que, mesmo não havendo ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias.

Nesse contexto, a receita orçamentária não se confunde com os repasses financeiros realizados pelo Poder Executivo Estadual à Defensoria Pública, que serão tratados em um tópico específico deste relatório.

As receitas orçamentárias da Defensoria Pública para o exercício de 2014 são oriundas basicamente das remunerações de depósitos bancários e de emolumentos e custas judiciais nas ações onde a Defensoria tenha atuado, sendo que essas últimas são registradas na unidade orçamentária 300011 - Fundo Especial da Defensoria Pública – FUNDEP, de acordo com o artigo 5º, da Lei Complementar nº 117, de 04 de novembro de 1994. A Tabela 2 demonstra o comparativo entre a receita orçamentária prevista e a arrecadada até o 3º Quadrimestre de 2012.

Tabela 2 – Demonstrativo da Receita Orçada com a Arrecadada – 1º Quadrimestre 2015

Especificação	Fonte	Prevista	Arrecadada até o Mês
UO: 300001 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA			
13250199 - RECEITA DE REM.DE OUT.DEPOS.BANC.DE REC.VIN	0100	-	19.795,85
13250299 - REMUNER.DE OUTROS DEP. DE REC. NAO VINCULAD	0100	-	3.831,63
UO: 300011 - FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA - FUNDEP			
11220800 - EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	0100	-	58.723,73
11220800 - EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	0230	152.400,00	-
13250299 - REMUNER.DE OUTROS DEP. DE REC. NAO VINCULAD	0100	-	7.242,28
TOTAL		152.400,00	89.593,49

Fonte: SIAFEM - Exercício 2015, dados extraídos por meio do DivePort disponibilizado pela Superintendência Estadual de Contabilidade - SEFIN/RO.

3.2. Despesa Orçamentária

De acordo com a Lei nº 3.496, de 29 de dezembro de 2014 (Plano Plurianual – PPA 2012-2015, revisão 2015) a Defensoria Pública do Estado de Rondônia possui atualmente uma estrutura orçamentária dividida em 02 (duas) unidades orçamentárias, 05 (programas de governo) e 14 (quatorze) ações.

O orçamento total da Defensoria Pública para o exercício de 2015, de acordo com a Lei nº 3.497, de 29 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2015) é de R\$ 45.549.626,00 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e seis reais), sendo que desses, R\$ 44.395.626,00 estão apropriados na fonte de recursos do tesouro (fonte 0100); R\$ 1.154.000,00 são provenientes de emendas parlamentares; e, o restante, R\$ 152.400,00, na fonte de recursos específica da unidade orçamentária Fundo Especial da Defensoria Pública - FUNDEP (fonte 0230).

3.2.1. Síntese da Execução

Ao final do 1º Quadrimestre de 2015, a Defensoria Pública registrou uma dotação atualizada da ordem de R\$ 45.549.626,00, sendo que desse total, R\$ 19.356.888,50, ou 42,49% foram empenhados; desses, R\$ 16.642.254,43, ou 85,98% foram liquidados, restando uma despesa empenhada a liquidar no montante de R\$ 2.714.634,07.

Tabela 3 – Demonstrativo Sintético da Execução Orçamentária – 1º Quadrimestre 2015

Especificação	Total
DOTAÇÃO INICIAL	45.549.626,00
(+) Suplementações por Superávit Financeiro	-
(+) Suplementações por descentralização orçamentária	-
(+) Suplementações	1.080.392,00
(-) Reduções	1.080.392,00
(=) DOTAÇÃO ATUALIZADA	45.549.626,00
Despesa Empenhada no Período	19.356.888,50
Despesas Liquidadas no Período	16.642.254,43
(=) SALDO ORÇAMENTÁRIO	26.192.737,50
(=) Despesa Empenhada a Liquidar	2.714.634,07

Fonte: SIAFEM - Exercícios 2014/2015, dados extraídos por meio do DivePort disponibilizado pela Superintendência Estadual de Contabilidade - SEFIN/RO.

3.2.2. Execução Orçamentária por Programas e Ações

A Tabela 4 demonstra a situação da execução orçamentária da Defensoria Pública no 1º Quadrimestre de 2015, de acordo com a estrutura definida no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual.

Tabela 4 – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programas e Ações – 1º Quadrimestre 2015

Especificação (Unidade Orçamentária, Programação e Ação)	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Em R\$ 1,00
					Despesa Paga
U.O.: 300001 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA	45.397.226	45.397.226	19.339.733	16.635.454	15.752.997
Programa: 0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS	100.000	100.000	-	-	-
0102 - Assegurar o Pagamento de Sentenças Judiciais e Direitos Preteridos	100.000	100.000	-	-	-
Programa: 2043 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA	20.197.437	20.785.709	9.350.203	7.057.936	6.948.699
1095 - Realizar Processo Seletivo para Preenchimento do Quadro Funcional	200.000	1.195.392	1.195.392	1.195.392	1.195.392
2182 - Manter a Administração da Defensoria Pública	4.321.619	3.914.499	3.272.881	982.014	979.762
2183 - Assegurar a Remuneração de Servidores Técnicos-Administrativos e o Pagamento de Encargos Sociais	11.588.402	11.588.402	3.560.385	3.560.385	3.453.400
2184 - Atender a Servidores com o Pagamento de Benefícios e Despesas de Caráter Indenizatório	3.866.560	3.866.560	1.262.869	1.262.869	1.262.869
2185 - Desenvolver o Programa de Estágio para Estudantes e Menores Aprendizizes	220.856	220.856	58.677	57.277	57.277
Programa: 2044 - MODERNIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA	1.617.200	1.078.928	467.153	92.473	90.611
1096 - Modernizar as Unidades Físicas da Defensoria Pública	400.000	292.573	85.833	85.833	85.833
1098 - Construir, Ampliar e Reformar Unidades Físicas da Defensoria Pública	800.000	405.035	-	-	-
2108 - Capacitar de Forma Continuada os Membros, os Servidores e os Estagiários da Defensoria Pública	40.000	30.000	30.000	5.320	3.458
4015 - Fortalecer a Estrutura de Tecnologia de Informação e Telecomunicações	377.200	351.320	351.320	1.320	1.320
Programa: 2045 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA, MULTIDISCIPLINAR, INTEGRAL E GRATUITA AOS NECESSITADOS	23.482.589	23.432.589	9.522.376	9.485.045	8.713.687
2109 - Assegurar a Remuneração de Membros Ativos e Encargos Sociais da Defensoria Pública	22.183.449	22.183.449	9.125.931	9.125.931	8.354.839
2110 - Atender a Membros com o Pagamento de Benefícios e Despesas de Caráter Indenizatório	1.199.140	1.199.140	346.445	346.445	346.445
2130 - Desenvolver Ações de Defesa e Promoção de Direitos	100.000	50.000	50.000	12.669	12.403

Continua

Continuação
Em R\$ 1,00

Especificação (Unidade Orçamentária, Programação e Ação)	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
U.O.: 300011 - FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA - FUNDEP	152.400	152.400	17.156	6.800	6.800
PROGRAMA: 2046 - GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA – FUNDEP	152.400	152.400	17.156	6.800	6.800
2264 - Patrocinar o Desenvolvimento Cultural dos Membros da Defensoria Pública	152.400	152.400	17.156	6.800	6.800
TOTAL	45.549.626	45.549.626	19.356.889	16.642.254	15.759.797

Fonte: SIAFEM - Exercícios 2014/2015, dados extraídos por meio do DivePort disponibilizado pela Superintendência Estadual de Contabilidade - SEFIN/RO.

3.2.3. Execução Orçamentária por Grupos de Natureza

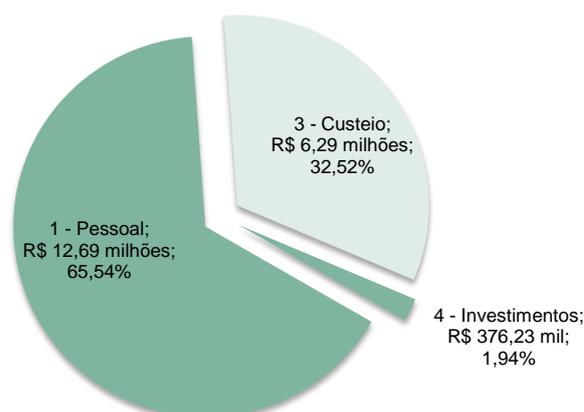
Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o grupo de natureza da despesa é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto. Nesse contexto, as despesas realizadas no até o 1º Quadrimestre de 2015, tomando por base os valores liquidados, apresentam a proporcionalidade de 76,23% com pagamento de pessoal; 23,25% com custeio; e 0,52% com investimentos. A Tabela 5 e o Gráfico 2 demonstram os dados de forma pormenorizada.

Tabela 5 – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Grupo de Natureza da Despesa – 1º Quadrimestre 2015

Grupo de Natureza da Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
1 - Pessoal	33.871.851,00	33.871.851,00	12.686.315,78	12.686.315,78	11.808.238,49
3 - Custeio	10.152.335,00	10.672.530,90	6.294.343,45	3.869.709,38	3.865.328,94
4 - Investimentos	1.525.440,00	1.005.244,10	376.229,27	86.229,27	86.229,27
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
TOTAL	45.549.626,00	45.549.626,00	19.356.888,50	16.642.254,43	15.759.796,70

Fonte: SIAFEM - Exercícios 2015, dados extraídos por meio do DivePort disponibilizado pela Superintendência Estadual de Contabilidade - SEFIN/RO.

Gráfico 2 – Participação % da Despesa, por Grupo de Natureza da Despesa – 1º Quadrimestre 2015



3.2.4. Alterações Orçamentárias

De acordo com o art. 7º, § 1º, da Lei nº 3.497, de 20 de dezembro de 2014 (LOA 2015), o Poder Executivo, bem como os demais Poderes e unidades orçamentárias autônomas, por ato próprio, durante a execução orçamentária, poderão promover os ajustes necessários ao Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, em nível de elemento, para atender as necessidades supervenientes.

O art. 8º, da mesma Lei, prevê que no curso da execução orçamentária, a Defensoria Pública, assim como as outras unidades orçamentárias estão autorizadas a realizar remanejamentos de dotações orçamentárias, de uma mesma categoria econômica, ou de uma categoria econômica para outra, dentro da mesma unidade orçamentária, até o limite de 10% (dez por cento) da dotação da unidade orçamentária.

Nesse contexto, ao se dividir o valor das reduções orçamentárias, realizadas no período, pelo valor da dotação atualizada, deduzindo-se os ajustes ao QDD, verifica-se que a Defensoria Pública atingiu um percentual de 2,19% sob o limite de remanejamento permitido, dentro, portanto, do percentual legalmente estabelecido. Todas as alterações orçamentárias registradas no período podem ser observadas pela Tabela 6.

Tabela 6 – Demonstrativo das Alterações Orçamentárias – 1º Quadrimestre 2015

Unidade	Fonte	P/A	Natureza	Evento	Portaria/ Decreto	Recurso	Data	Valor
Alterações por Remanejamento ou Ajustes								
300001	0100	2182	339039	200090	PORT 061	(-)REDUCAO	19/01/2015	-10.000,00
300001	0100	2182	339092	200080	PORT 061	ACRESCIMO	19/01/2015	10.000,00
300001	0100	4015	339030	200090	PORT 095	(-)REDUCAO	27/01/2015	-45.000,00
300001	0100	4015	339039	200080	PORT 095	ACRESCIMO	27/01/2015	45.000,00
300001	0100	2182	339039	200090	PORT 202	(-)REDUCAO	02/03/2015	-10.000,00
300001	0100	2182	339092	200080	PORT 202	ACRESCIMO	02/03/2015	10.000,00
300001	0100	1095	339039	200080	PORT 371	ACRESCIMO	22/04/2015	995.392,00
300001	0100	1096	449052	200090	PORT 371	(-)REDUCAO	22/04/2015	-107.427,06
300001	0100	1098	449051	200090	PORT 371	(-)REDUCAO	22/04/2015	-394.964,84
300001	0100	2108	339039	200090	PORT 371	(-)REDUCAO	22/04/2015	-10.000,00
300001	0100	2130	339039	200090	PORT 371	(-)REDUCAO	22/04/2015	-50.000,00
300001	0100	2182	339014	200090	PORT 371	(-)REDUCAO	22/04/2015	-50.000,00
300001	0100	2182	339030	200090	PORT 371	(-)REDUCAO	22/04/2015	-50.000,00
300001	0100	2182	339033	200090	PORT 371	(-)REDUCAO	22/04/2015	-20.000,00
300001	0100	2182	339036	200090	PORT 371	(-)REDUCAO	22/04/2015	-40.000,00
300001	0100	2182	339039	200090	PORT 371	(-)REDUCAO	22/04/2015	-247.120,10
300001	0100	4015	339030	200090	PORT 371	(-)REDUCAO	22/04/2015	-8.076,00
300001	0100	4015	449052	200090	PORT 371	(-)REDUCAO	22/04/2015	-17.804,00
300001	0100	2182	339030	200090	PORT 390	(-)REDUCAO	22/04/2015	-20.000,00
300001	0100	2182	339039	200080	PORT 390	ACRESCIMO	22/04/2015	20.000,00
Total de Suplementações								1.080.392,00
Total de Reduções								- 1.080.392,00

Fonte: SIAFEM - Exercício 2015, dados extraídos por meio do DivePort disponibilizado pela Superintendência Estadual de Contabilidade - SEFIN/RO.

3.2.5. Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo de Despesa com Pessoal

Segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF (Portaria STN nº 637, de 18 de outubro de 2012), em que pese a Defensoria Pública não possuir limites expressos na LRF é facultado ao órgão preencher os demonstrativos do RGF, em especial os de despesa com pessoal, de disponibilidade de caixa e de restos a pagar, conforme modelo apresentado no referido manual, para fins de transparência da gestão fiscal, não preenchendo, entretanto, os campos relativos aos limites. O manual ainda ressalta que, para fins de limites da LRF, os dados relativos às defensorias públicas estaduais deverão estar contemplados nos demonstrativos do RGF do Poder Executivo Estadual.

Dessa forma, a Tabela 7 apresenta o Demonstrativo de Despesa com Pessoal da Defensoria Pública, conforme modelo especificado no MDF.

Tabela 7 – Demonstrativo de Despesa com Pessoal – 1º Quadrimestre 2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

Despesa com Pessoal	Despesas Executadas (Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	37.153.794,91	-
Pessoal Ativo	37.153.794,91	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	37.153.794,91	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	37.153.794,91	-

Fonte: SIAFEM - Exercícios 2014/2015, dados extraídos por meio do DivePort disponibilizado pela Superintendência Estadual de Contabilidade - SEFIN/RO.

3.2.6. Diárias

As diárias pagas pela Defensoria Pública encontram-se embasadas na Resolução nº 049/2009-DPE, a qual estabelece os valores e normatiza os procedimentos aceitos e empregados nas concessões.

Até o final do 1º quadrimestre de 2015, registrou-se um valor concedido de R\$ 85.017,60, dos quais, R\$ 9.867,00 ainda estão pendentes de prestação de contas. A síntese da situação das diárias encontra-se demonstrada na Tabela 8.

Tabela 8 – Demonstrativo de Diárias – 1º Quadrimestre 2015

Especificação	Valor
Saldo Concedido de Exercícios Anteriores	14.062,00
Valor Concedido no Exercício	70.955,60
Inscrição / Baixas por Inscrição Indevida	-
Valor Concedido Total	85.017,60
Prestação de Contas em Análise	11.223,00
Prestação de Contas Irregular	-
Prestação de Contas a Homologar	798,00
Homologadas do Exercício	53.380,60
Homologadas de Exercício Anteriores	9.749,00
Pendente de Prestação de Contas	9.867,00

Fonte: SIAFEM - Exercício 2015, dados extraídos por meio do DivePort disponibilizado pela Superintendência Estadual de Contabilidade - SEFIN/RO.

4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

4.1. Repasses Financeiros Recebidos

Com base no art. 40, parágrafo único, da Lei 3.394, de 16 de junho de 2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2015), o Poder Executivo Estadual publicou o Decreto nº 19.451, de 15 de janeiro de 2015, que estabelece o Desdobramento das Receitas Previstas para 2015 em Metas Mensais e Bimestrais de Arrecadação e o Cronograma Anual de Cotas Mensais e Bimestrais de Desembolso Financeiro dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e a Defensoria Pública, para o exercício de 2015. O qual serve de base para a realização do repasse financeiro mensal (duodécimo) aos referidos órgãos até o dia 20 de cada mês.

O Anexo II do referido decreto estabeleceu o montante de R\$ 44.243.226,00 na fonte de recursos do tesouro (0100) e mais R\$ 1.154.000,00 proveniente da alocação de recursos de emendas parlamentares, a serem repassados mensalmente à Defensoria Pública.

Até o final do 1º Quadrimestre de 2015, o Governo do Estado repassou à Instituição apenas o montante referente à fonte de recursos do tesouro, totalizando R\$ 13.538.427,15, ou 29,82% dos recursos previstos, restando uma diferença de R\$ 31.858.798,85, ou 70,18% do valor total anual previsto para 2015. A Tabela 9 demonstra o acompanhamento mensal do cronograma, comparando os recursos financeiros previstos com os efetivamente repassados.

Tabela 9 – Demonstrativo de Repasses Financeiros Previstos X Realizados – 1º Quadrimestre 2015

Mês	Valor Previsto na LOA			Valor Repassado	Diferença
	Recursos do Tesouro	Recursos de Emendas Parlamentares	Total Previsto		
janeiro	3.495.214,85	91.166,00	3.586.380,85	3.495.214,85	91.166,00
fevereiro	3.362.485,18	87.704,00	3.450.189,18	3.362.485,18	87.704,00
março	3.185.512,27	83.088,00	3.268.600,27	3.185.512,27	83.088,00
abril	3.495.214,85	91.166,00	3.586.380,85	3.495.214,85	91.166,00
maio	3.760.674,21	98.090,00	3.858.764,21		3.858.764,21
junho	3.583.701,31	93.474,00	3.677.175,31		3.677.175,31
julho	3.627.944,53	94.628,00	3.722.572,53		3.722.572,53
agosto	3.716.430,98	96.936,00	3.813.366,98		3.813.366,98
setembro	3.627.944,53	94.628,00	3.722.572,53		3.722.572,53
outubro	3.716.430,98	96.936,00	3.813.366,98		3.813.366,98
novembro	4.026.133,57	105.014,00	4.131.147,57		4.131.147,57
dezembro	4.645.538,74	121.170,00	4.766.708,74		4.766.708,74
TOTAL	44.243.226,00	1.154.000,00	45.397.226,00	13.538.427,15	31.858.798,85

Fonte: Anexo III - Cronograma Anual de Cotas Mensais de Desembolso - Exercício 2015

4.2. Demonstrativo da Conciliação Bancária

Ao confrontar os balancetes com os extratos bancários, constata-se que todos os valores foram registrados de acordo com as normas contábeis, ficando ao final do período auditado um saldo em banco no valor de **R\$ 1.783.165,92** (um milhão, setecentos e oitenta e três mil, cento e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos), conforme demonstrado na Tabela 11.

Tabela 10 – Demonstrativo da Conciliação Bancária – 1º Quadrimestre 2015

Agência	Conta Corrente	Especificação	Saldo Bancário	Saldo Contas SIAFEM
2757-X	8.132-9	Banco do Brasil S/A - Conta Movimento	20.873,77	20.873,77
2757-X	8.636-3	Banco do Brasil S/A - Conta Cartão Adiantamento	10.000,00	10.000,00
2757-X	9.042-5	Banco do Brasil S/A - Depósito de Caução	5.599,77	5.599,77
2757-X	9.846-9	Banco do Brasil S/A - Concurso Público	1.309.799,19	1.309.799,19
2757-X	7.747-X	Banco do Brasil S/A - FUNDEP	436.893,19	436.893,19
TOTAL GERAL			1.783.165,92	1.783.165,92

Fonte: SIAFEI Fonte: SIAFEM - Exercício 2015.

5. ANÁLISE DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

5.1. Contratos e Convênios

Até o final do 1º Quadrimestre de 2015, a Defensoria Pública possuía 69 (sessenta e nove) contratos firmados o que gera um montante contratual de R\$ 6.209.223,68 (seis milhões, duzentos e nove mil, duzentos e vinte e três reais e sessenta e oito centavos), representando 13,63% sobre o orçamento total da Instituição.

Ao agrupar esses contratos por tipo de despesa e classificá-los em ordem decrescente de valores, é possível verificar que as maiores participações percentuais sobre o valor total estão concentradas nos contratos referentes à contratação de banca examinadora para realização de concurso público, com 33,34%; seguida de locação de imóveis, com 20,23%; vigilância ostensiva, com 11,30%; tecnologia da informação, com 10,21%; limpeza e conservação, com 2,56%; e combustível, com 2,12%. O restante está distribuído em outras despesas que podem ser visualizadas por meio da Tabela 12. A relação detalhada dos contratos está disposta no Anexo II deste relatório.

É importante salientar, que o montante contratual não significa necessariamente o dispêndio de recursos na mesma proporção, pois os valores são estimados e nem sempre são utilizados em sua totalidade a exemplo dos contratos de manutenção de veículos.

No período auditado, não foi identificado nenhum convênio que envolva dispêndio de recursos financeiros, firmado com a Defensoria Pública.

Tabela 11 – Síntese dos Contratos por Tipo de Despesa – 1º Quadrimestre 2015

Ordem	Especificação	Valor	%
01	Concurso público	2.070.000,00	33,34
02	Vigilância ostensiva	701.483,52	11,30
03	Locação de imóvel - capital	694.366,37	11,18
04	Locação de imóvel - interior	562.148,22	9,05
05	Equipamentos de processamento de dados	350.000,00	5,64
06	Aquisição de softwares de aquisição	284.070,00	4,57
07	Limpeza e conservação	159.111,86	2,56
08	Combustível	131.887,03	2,12
09	Passagens aéreas	125.000,00	2,01
10	Manutenção de ar condicionado	121.691,74	1,96
11	Energia elétrica - interior	120.436,79	1,94
12	Correios	96.000,00	1,55
13	Energia elétrica - capital	90.000,00	1,45

Continua

Ordem	Especificação	Valor	Conclusão
			%
14	Manutenção de veículos	87.722,20	1,41
15	Telefonia fixa	77.475,75	1,25
16	Material gráfico	75.299,58	1,21
17	Telefonia móvel	73.636,20	1,19
18	Manutenção de elevadores	68.860,00	1,11
19	Vigilância eletrônica	53.522,09	0,86
20	Água tratada - capital	42.775,06	0,69
21	Carteira funcional	37.755,20	0,61
22	Internet	30.774,00	0,50
23	Gêneros de alimentação	26.155,20	0,42
24	Certificação digital	25.999,20	0,42
25	Seguros	21.368,80	0,34
26	Fotocópias	20.492,03	0,33
27	Tarifas bancárias	18.000,00	0,29
28	Uniformes, tecidos e aviamentos	10.300,00	0,17
29	Banco de preços	7.990,00	0,13
30	Chaves e carimbos	7.681,94	0,12
31	Confecção de crachás	7.290,00	0,12
32	Seguro de veículos	6.000,00	0,10
33	Lavagem de veículos	2.147,70	0,03
34	Assinatura de periódicos	1.783,20	0,03
TOTAL GERAL		6.209.223,68	100,00

Fonte: Grupo de Acompanhamento e Gerenciamento de Contratos/DA/DPE-RO.

5.2. Frota de Veículos

Segundo informações fornecidas pelo Grupo de Transporte, a Defensoria Pública dispõe de 46 (quarenta e seis) veículos para atender as necessidades oriundas da sede e dos núcleos de comarcas do interior do Estado, estando todos devidamente documentados e licenciados junto ao Departamento de Trânsito do Estado de Rondônia – DETRAN/RO.

5.3. Consumo de Combustível

Durante o 1º Quadrimestre de 2015, registrou-se um consumo de total de 13.713,40 litros de combustível por meio da utilização do cartão magnético, sendo 8.386,29 litros de gasolina e 5.327,11 de óleo diesel, conforme evolução mensal demonstrada na Tabela 14.

Tabela 12 – Resumo do Consumo de Combustível, por meio de Cartão Magnético – 1º Quadrimestre 2015

Mês	Litros			Valor em R\$
	Gasolina	Diesel	Total	
janeiro	2.101,72	1.306,04	3.407,76	10.757,45
fevereiro	1.759,15	687,02	2.446,17	8.435,28
março	2.221,64	2.328,27	4.549,91	15.361,62
abril	2.303,78	1.005,78	3.309,56	11.309,32
Total	8.386,29	5.327,11	13.713,40	19.040,51

Fonte: Grupo de Transportes/DPE-RO.

5.4. Almojarifado e Patrimônio

A consolidação da utilização dos sistemas de gerenciamento de almojarifado (SGA) e de gerenciamento de patrimônio (SGP), têm proporcionando à Defensoria Pública a realização de um controle mais efetivo sobre os saldos de materiais de consumo em estoque e do inventário de bens permanentes com a respectiva contabilização no SIAFEM. A solicitação on-line de materiais pelos setores da Instituição otimizou o processo de logística de distribuição na capital e no interior do Estado, além de permitir a criação de um histórico consistente das entradas e saídas de materiais, que servirá para subsidiar futuros processos de aquisições e no atendimento de demandas internas.

Contudo, verifica-se que a Instituição resente-se da ausência de mecanismos mais eficazes, notadamente no que se refere ao registro de depreciação de bens, assim como a baixa de bens inservíveis e o controle de tombamentos.

O relatório constante no Anexo III deste documento demonstra a posição do estoque de materiais de consumo ao final do 1º Quadrimestre de 2015.

6. RECOMENDAÇÕES

A Defensoria Pública possui a nobre missão constitucional de garantir a assistência jurídica integral aos hipossuficientes, conforme estabelece o artigo 134 da Constituição Federal de 1988.

Calha ressaltar que está contido no conceito de assistência jurídica integral a assistência individual, coletiva, judicial e extrajudicial em todos os níveis.

Constitui, em outra via, direito fundamental do cidadão ter acesso ao Defensor Público devidamente habilitado e aprovado em concurso público para que lhe preste assistência em todas as questões jurídicas, em igualdade de condições com os demais atores do processo.

Nesse sentido:

A assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos vem configurada, relevantemente, como direito individual no art. 5º LXXIV. Sua eficácia e efetiva aplicação, como outras prestações estatais, constituirão um meio de realizar o princípio da igualização das condições dos desiguais perante a justiça.

Desta feita, a ampliação do quadro de Defensores Públicos no Estado de Rondônia é algo imprescindível para melhoria qualitativa e quantitativa dos serviços prestados.

Nada obstante, a insuficiência orçamentária ainda é o maior entrave ao crescimento institucional. Consta-se que a Defensoria Pública do Estado de Rondônia possui o menor índice de crescimento nominal dos últimos 08 anos, dentre todas as entidades autônomas que participam da divisão orçamentária.

Contudo, mesmo diante do dificultoso panorama vivenciado pela instituição, verifica-se que a Defensoria Pública tem exercido suas atribuições em conformidade com os princípios administrativos, e em observância da legislação e normas vigentes.

A Administração Superior da Defensoria Pública tem buscado gestão política incessante junto ao Poder Executivo Estadual para obter suplementação orçamentária, além de elaborar e propor projetos à Instituições Federais e solicitar emendas ao Poder Legislativo, visando a captação de recursos com a finalidade precípua de aumentar o quantitativo de membros e de reestruturar as unidades físicas da Instituição.

Outro ponto sensível é a necessidade de provimento dos cargos de apoio criados pela Lei Complementar do Estado de Rondônia nº 703/2013, mediante a realização do I Concurso para Formação do Quadro Administrativo da Defensoria Pública, que ocorrer no mês de maio/2015.

Ressalta-se que a formação de um quadro próprio de pessoal de apoio é indispensável para que a regra do artigo 37 inciso II da Constituição Federal seja observada, restando os cargos comissionados para as hipóteses de efetivo assessoramento e chefia.

A Defensoria Pública passa por um processo de amadurecimento dos procedimentos administrativos, sendo que algumas pequenas falhas ainda persistem. Nesta linha, o registro da contabilidade indica algumas pendências referentes a justificação de diárias, que ainda não foram homologadas.

O Controle Interno, por sua vez, tem cumprido o papel de orientação e fiscalização, exigindo providências para a regularização das pendências das diárias, que em sua maioria, são pagas aos Defensores Públicos para realização de júris fora de suas comarcas de lotação. Em razão do deslocamento para municípios distantes há dificuldade de comprovação em tempo hábil.

Importante ressaltar que este problema é mais uma consequência do baixo quantitativo de Defensores Públicos no Estado, decorrente do insuficiente orçamento destinado à Instituição.

Informamos, também, que os demais serviços efetuados e desenvolvidos pela Defensoria ocorreram dentro das normas que regem a Administração Pública. Contudo, visando criar condições para aperfeiçoar os procedimentos internos utilizados pela Instituição, recomenda-se a adoção das seguintes medidas:

- Concluir a realização de concurso público para o provimento dos cargos criados por meio da Lei Complementar nº703/2013, tendo em vista a necessidade observância do disposto no artigo 37 inciso II da Constituição Federal, restando os cargos comissionados para as hipóteses de efetivo assessoramento e chefia;
- Criar mecanismos mais eficazes de controle de bens permanentes, visando a atualização dos valores patrimoniais e o registro de depreciações;
- Atualizar o Regimento Interno da Instituição, no sentido de definir claramente as competências e atribuições de cada setor e, com isso, rever a legislação pertinente aos cargos de assessoramento e direção;
- Adotar sistemas informatizados para a gestão integrada de procedimentos licitatórios, controle de contratos, aquisições, diárias e execução orçamentária e financeira.

7. CONCLUSÃO

Destarte, a luz dos atos administrativos decorridos no período auditado não se constatou nenhum ato de impropriedade administrativa.

No que tange as pequenas irregularidades acima relacionadas, recomendamos aos ordenadores de despesas que continuem adotando as medidas necessárias para a regularização das falhas apontadas no corpo deste Relatório, de forma a evitar que esses tipos de falhas persistam.

ANEXO II
RELAÇÃO DE CONTRATOS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
 Relatório de Auditoria e Inspeção - 1º Quadrimestre 2015
 Relação de Contratos

Ordem	Número do Contrato	Processo	Objeto	Classificação	Credor	Data do Contrato	Data da Vigência	Valor do Contrato
01	010/2014	3001.306.2014	Assinatura de jornal - O Estadão (prestação de serviços de assinatura de jornal para entrega de 04 (quatro) exemplares diários entregues de terça-feira a domingo em Porto Velho)	Assinatura de periódicos	C. M. DA SILVA - ME	11/07/2014	11/12/2015	583,20
02	038/2010	3001.404.2009	Modens sem fio para acesso a internet em banda larga móvel	Internet	TELEFONICA BRASIL S/A	24/09/2010	24/06/2015	774,00
03	004/2014	3001.593.2013	Serviços de fotocópias para atender ao Núcleo da Defensoria Pública de Cacoal	Fotocópias	FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA - ME	10/03/2014	10/06/2015	864,00
04	022/2014	3001.574.2014	Prestação de serviços de assinatura de jornal para entrega de 04 (quatro) exemplares diários em Porto Velho	Assinatura de periódicos	EDITORA DIARIO DA AMAZONIA S/C LTDA	03/11/2014	03/11/2015	1.200,00
05	001/2015	3001.413.2014	Prestação de serviço de seguro de veículos (Obs.: a data de vigência coincide com a data de vigência da apólice)	Seguro de veículos	MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A	05/02/2015	05/02/2016	2.000,00
06	001/2014	3001.620.2013	Prestação de serviço de limpeza de veículos oficiais	Lavagem de veículos	ESPECIAL CAR COMERCIO E SERVICOS LTDA	21/01/2014	21/04/2015	2.147,70
07	002/2015	3001.042.2015	Prestação de serviço de seguro em grupo para atender, inicialmente, 20 pessoas, estagiários aprovados no IV PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE	Seguros	MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A	05/02/2015	05/02/2016	2.368,80
08	007/2012	3001.714.2011	Prestação de serviços de segurança e monitoramento eletrônico e motorizado para atender o núcleo de Presidente Médici	Vigilância eletrônica	GOMES & BALTAZAR LTDA	07/02/2012	07/02/2016	3.131,84
09	010/2015	3001.216.2015	Prestação de serviço de seguro de veículos. (Obs.: a vigência inicial é de 12 (doze) meses, coincidindo com a data de vigência da apólice emitida pela CONTRATADA)	Seguro de veículos	MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A	30/04/2015	30/04/2016	4.000,00
10	015/2014	3001.218.2014	Prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva, com fornecimento e substituição de peças originais, motores rotativos e compressores de condicionadores de ar instalados na Defensoria Pública do Estado de Rondônia	Manutenção de ar condicionado	J & M COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA	29/08/2014	29/08/2015	4.370,00
11	047/2010	3001.095.2010	Serviços de monitoramento eletrônico para atender o núcleo de Ouro Preto do Oeste	Vigilância eletrônica	INVIOLAVEL MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA - EPP	25/11/2010	25/11/2015	4.490,38
12	045/2010	3001.095.2010	Serviços de monitoramento eletrônico para atender o núcleo de Jaru	Vigilância eletrônica	HOREBE COMERCIO E SEGURANCA ELETRONICA LTDA	25/11/2010	25/11/2015	5.039,49
13	005/2013	3001.456.2012	Prestação de serviço de manutenção operacional, preventiva e corretiva nos veículos automotores pertencentes ao Núcleo de Ariquemes, com fornecimento de peças de acessórios e guincho.	Manutenção de veículos	ROGERIO DA CONCEICAO TELES - EPP	01/04/2013	01/10/2015	5.191,69
14	003/2012	3001.396.2011	Manutenção de ar condicionado para atender o núcleo de Guajará-Mirim	Manutenção de ar condicionado	CAMPOS & CAMPOS COMERCIO E SERVICOS DE REFRIGERACAO LTDA-ME	16/01/2012	16/01/2016	6.988,86
15	007/2014	3001.037.2014	Fornecimento de crachás e fichas cadastrais	Confecção de crachás	COPIADORA RORIZ LTDA	07/05/2014	07/05/2015	7.290,00

Ordem	Número do Contrato	Processo	Objeto	Classificação	Credor	Data do Contrato	Data da Vigência	Valor do Contrato
16	050/2010	3001.095.2010	Serviço de monitoramento eletrônico para atender o núcleo de Buritit	Vigilância eletrônica	INVIOLAVEL BURITIS VIGILANCIA ELETRONICA LTDA	02/12/2010	02/12/2015	7.401,63
17	004/2015	3001.689.2014	Prestação de serviços de confecção de chaves, carimbos e aberturas de portas em geral para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.	Chaves e carimbos	LAJA LTDA - ME	02/03/2015	23/03/2016	7.681,94
18	018/2014	3001.540.2014	Assinatura anual do banco de preços	Banco de preços	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCÕES TECNOLÓGICAS LTDA	23/09/2014	23/09/2015	7.990,00
19	014/2014	3001.402.2014	Prestação de serviço de segurança e monitoramento eletrônico, 24 horas a serem executados nas instalações do Núcleo da Defensoria Pública do Estado de Rondônia em Cerejeiras	Vigilância eletrônica	CEREJEIRAS MONITORAMENTO DE ALARMES INVIOLAVEL – LTDA	28/08/2014	28/08/2015	8.436,25
20	004/2012	3001.612.2011	Locação do imóvel para atender o núcleo de Costa Marques	Locação de imóvel - interior	MARTINHO SIDON DA ROCHA	09/01/2012	09/01/2016	8.785,68
21	026/2012	3001.243.2012	Locação de imóvel para atender o núcleo de Presidente Médici	Locação de imóvel - interior	MONICA DA SILVA	19/07/2012	19/07/2015	8.959,60
22	048/2010	3001.095.2010	Serviços de monitoramento eletrônico para atender os núcleos de Rolim de Moura e Alta Floresta	Vigilância eletrônica	INVIOLAVEL MONITORAMENTO DE A. ROLIM DE MOURA	29/11/2010	29/11/2015	9.746,76
23	018/2008	3001.251.2008	Locação de Imóvel para atender o núcleo de Cacoal	Locação de imóvel - interior	STECCA CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA	15/11/2008	15/05/2015	9.868,44
24	013/2014	3001.098.2014	Fornecimento de camisetas	Uniformes, tecidos e aviamentos	BELISSIMA UNIFORMES E CONFECÇÕES LTDA- ME	21/08/2014	21/08/2015	10.300,00
25	023/2010	3001.249.2010	Locação de imóvel para atender o núcleo de São Miguel do Guaporé	Locação de imóvel - interior	MARIA GENOLINA DA SILVA	17/05/2010	17/05/2016	11.702,28
26	006/2015	3001.716.2014	Fornecimento de chá de hortelã e café	Gêneros de alimentação	GUARA DIST DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	03/03/2015	03/03/2016	13.070,40
27	007/2015	3001.716.2014	Fornecimento de chá (maça vermelha, pêssego, mate comum e erva doce) e açúcar	Gêneros de alimentação	A. D. BILIO	03/03/2015	03/03/2016	13.084,80
28	039/2010	3001.368.2010	Locação de Imóvel para atender o núcleo de Alta Floresta do Oeste	Locação de imóvel - interior	GUTIANE POSSA	08/10/2010	08/10/2015	13.319,53
29	008/2014	3001.217.2014	Locação de imóvel para atender o núcleo de Pimenta Bueno	Locação de imóvel - interior	MARIA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES	30/05/2014	30/05/2015	14.400,00
30	056/2010	3001.095.2010	Serviços de monitoramento eletrônico para atender os núcleos de Pimenta Bueno, Espigão D'Oeste e Guajará-Mirim	Vigilância eletrônica	INVIOLAVEL MONIT.DE ALARMES P.BUENO LTDA ME	15/12/2010	15/12/2015	15.275,74
31	011/2013	3001.334.2013	Locação de 05 (cinco) salas, do imóvel situado na Rua Mané Garricha, nº 3154, bairro Socialista, Porto Velho/RO, para atender ao Posto Avançado da Zona Leste desta cidade.	Locação de imóvel - capital	ASSOCIACAO SAO TIAGO MAIOR	02/08/2013	02/08/2015	15.529,44
32	013/2013	3001.268.2013	Serviço de disponibilidade de caixa, pagamento da folha salarial membros e servidores e pagamento de fornecedores	Tarifas bancárias	BANCO DO BRASIL S.A	16/08/2013	16/08/2018	18.000,00
33	014/2013	3001.340.2013	Seguro de veículos	Seguros	MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A	28/10/2013	07/10/2015	19.000,00
34	003/2015	3001.641.2014	Prestação de serviços de fotocópias, plotagem e encadernação para atender a Sede da Defensoria Pública do Estado de Rondônia	Fotocópias	COPIADORA RORIZ LTDA	16/02/2015	16/02/2016	19.628,03

Ordem	Número do Contrato	Processo	Objeto	Classificação	Credor	Data do Contrato	Data da Vigência	Valor do Contrato
35	029/2012	3001.208.2012	Locação de imóvel para atender o Núcleo de Santa Luzia D'Oeste	Locação de imóvel - interior	BELINA SARTER FINK	15/08/2012	15/08/2015	20.645,28
36	024/2010	3001.332.2009	Locação de imóvel para atender o núcleo de Alvorada D'Oeste	Locação de imóvel - interior	SILVIA CRISTINA SERAFIM	29/05/2010	29/05/2015	20.903,76
37	019/2014	3001.256.2014	Fornecimento de assinatura digital tipo E-CPF A3	Certificação digital	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S/A	25/09/2014	25/09/2015	25.999,20
38	009/2014	3001.009.2014	Prestação de serviço de acesso à internet com fornecimento de link	Internet	BRASIL TELECOM COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA	16/06/2014	16/06/2015	30.000,00
39	006/2014	3001.041.2014	Prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva, com fornecimento e substituição de peças originais, motores rotativos e compressores de condicionadores de ar	Manutenção de ar condicionado	L. & T. COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	02/05/2014	02/05/2016	30.504,92
40	009/2015	3001.218.2014	Prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva, com fornecimento e substituição de peças originais, motores rotativos e compressores de condicionadores de ar	Manutenção de ar condicionado	IMPERIAL COM. SERV. IMP. E EXP. LTDA - ME	27/04/2015	27/04/2016	31.350,96
41	007/2009	3001.196.2009	Locação de imóvel para atender o núcleo de Cerejeiras	Locação de imóvel - interior	GENESSI MARIA APARECIDA DE MORAES PASCUTI	14/07/2009	15/07/2015	31.800,00
42	001/2010	3001.418.2009	Locação de imóvel para atender o Núcleo de Buritys	Locação de imóvel - interior	JOSE ROBERTO BELARMINO	19/01/2010	19/01/2016	31.946,40
43	042/2011	3001.680.2011	Locação de Imóvel para atender o núcleo de Machadinho do Oeste	Locação de imóvel - interior	ALEXANDRE DARTIBALDI	15/12/2011	15/12/2015	35.314,08
44	S/Nº (Casa da Moeda)	3001.061.2012	Aquisição de carteiras funcionais aos defensores públicos	Carteira funcional	CASA DA MOEDA DO BRASIL	02/03/2012	02/03/2016	37.755,20
45	008/2015	3001.085.2015	Locação do imóvel localizado a Rua Plácido de Castro, nº 8742, bairro São Francisco, para atender ao Posto Avançado de Atendimento da Zona Leste da Defensoria Pública do Estado de	Locação de imóvel - capital	SOCIAL ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA - EPP	13/03/2015	18/03/2016	39.600,00
46	010/2013	3001.195.2013	Locação de imóvel para atender o núcleo de Jarú	Locação de imóvel - interior	ROGERIO RODRIGUES QUEIROGA	23/05/2013	23/05/2016	42.178,32
47	002/2011	3001.471.2010	Fornecimento de Água Tratada (CAERD)	Água tratada - capital	CAERD - COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DO ESTADO DE RONDÔNIA	07/01/2011	07/01/2016	42.775,06
48	016/2014	3001.218.2014	Prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva, com fornecimento e substituição de peças originais, motores rotativos e compressores de condicionadores de ar instalados na Defensoria	Manutenção de ar condicionado	IMPERIAL COMÉRCIO E SERVIÇOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	29/08/2014	29/08/2015	48.477,00
49	003/2014	3001.595.2013	Locação de imóvel para atender o núcleo de Colorado do Oeste	Locação de imóvel - interior	MENIAS HENRIQUE PEREIRA FILHO	14/02/2014	21/02/2016	49.763,88
50	005/2015	3001.280.2014	Prestação de serviços de conservação, reparação e comunicação nos elevadores instalados na sede da Defensoria Pública	Manutenção de elevadores	MULTITEC-PRESTADORA DE SERV TECNICOS LTDA-ME	02/03/2015	02/03/2016	68.860,00
51	003/2011	3001.465.2010	Telefonia móvel	Telefonia móvel	TELEFONICA BRASIL S/A	15/02/2011	15/02/2016	73.636,20
52	021/2014	3001.136.2014	Fornecimento de materiais gráficos, conforme firmado no Termo de Referência nº 008/2014, que é parte integrante deste contrato.	Material gráfico	CHAGAS & RODRIGUES LTDA	20/10/2014	20/10/2015	75.299,58
53	005/2010	3001.281.2009	Prestação de serviços de telefonia fixa de curta e longa distância	Telefonia fixa	OI S.A	24/03/2010	24/07/2015	77.475,75

Ordem	Número do Contrato	Processo	Objeto	Classificação	Credor	Data do Contrato	Data da Vigência	Valor do Contrato
54	034/2012	3001.287.2012	Manutenção de veículos preventiva, corretiva e lanternagem	Manutenção de veículos	S O S CAR PECAS E SERVICOS LTDA	21/09/2012	21/09/2015	82.530,51
55	DCA/1025/2012	3001.553.2012	Fornecimento de energia elétrica, em média tensão, com aplicação da tarifa horossazonal verde	Energia elétrica - capital	CERON - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S/A	17/12/2012	17/12/2017	90.000,00
56	9912309484/2012	3001.363.2012	Correios	Correios	EMP BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	01/10/2012	01/10/2015	96.000,00
57	013/2013	3001.387.2013	Locação de imóvel para atender o Grupo de Patrimônio e Almoxarifado	Locação de imóvel - capital	SANTO ANTONIO PARTICIPACOES	05/09/2013	05/09/2015	97.059,00
58	001/2011	3001.468.2010	Fornecimento de energia elétrica de baixa tensão para as comarcas do interior	Energia elétrica - interior	CERON - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S/A	07/01/2011	07/01/2017	120.436,79
59	017/2014	3001.546.2014	Fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais	Passagens aéreas	M&A VIAGENS E TURISMO	04/09/2014	16/07/2015	125.000,00
60	028/2012	3001.228.2012	Locação de imóvel para atender o núcleo de Ariquemes	Locação de imóvel - interior	R A PARTICIPACOES S/A	10/08/2012	10/08/2015	130.753,44
61	009/2013	3001.208.2013	Locação de imóvel para atender o núcleo de Ji-Paraná	Locação de imóvel - interior	VOAR BEM VIAGENS E TURISMO - EIRELI - EPP	10/05/2013	10/05/2016	131.807,53
62	008/2013	3001.073.2013	Serviço de administração de gerenciamento informatizado e abastecimento de veículos automotores	Combustível	REDE DE CONVÊNIOS DO BRASIL SERVICE LTDA-ME	10/05/2013	10/05/2016	131.887,03
63	015/2013	3001.230.2013	prestação de serviço de limpeza e conservação, bem como dedetização, incluindo a mão-de-obra e o fornecimento de produtos e demais insumos, a serem empregados nas áreas	Limpeza e conservação	IMUNIZADORA COMBATE LTDA-ME	07/10/2013	07/10/2015	159.111,86
64	009/2011	3001.003.2011	Serviços de vigilância e segurança armada ostensiva, preventiva, diurna, noturna e ininterrupta (almoxarifado).	Vigilância ostensiva	COLUMBIA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	18/04/2011	18/06/2016	225.823,68
65	011/2014	3001.133.2014	Fornecimento da licença de uso permanente do sistema de Gestão Integrada de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Aquisição de softwares de aquisição	GOVERNA SOLUÇÕES E INFORMÁTICA LTDA-ME	15/08/2014	15/08/2015	284.070,00
66	020/2014	3001.131.2014	Fornecimento do sistema de data center, conforme firmado no Termo de Referência nº 025/2014, que é parte integrante deste dados contrato. Obs.: o valor referente a serviços é de R\$ 60.000,00 e R\$ 290.000,00 refere-se a equipamentos.	Equipamentos de processamento de	PRINT SOLUÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA	16/10/2014	16/10/2015	350.000,00
67	005/2012	3001.595.2011	Prestação de serviço de segurança ostensiva, armada, preventiva e vigilância armada diurna, noturna e ininterrupta.	Vigilância ostensiva	COLUMBIA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	02/01/2012	02/01/2016	475.659,84
68	038/2012	3001.418.2012	Locação de imóvel para atender a sede da Defensoria Pública em Porto Velho	Locação de imóvel - capital	FERNANDES & RESENDE LTDA ME	11/10/2012	11/10/2015	542.177,93
69	023/2015	3001.255.2014	Organização, planejamento e execução de Concurso público provimento de 106 (cento e seis) vagas e formação de cadastro de reserva do quadro administrativo.	Concurso público	FUNDACAO GETULIO VARGAS	20/12/2014	20/06/2015	2.070.000,00
TOTAL GERAL								6.209.223,68

ANEXO III
ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO



MOVIMENTO DO ALMOXARIFADO REFERENTE AO PERÍODO 01/01/2015 a 30/04/2015

Código da UG:

Nome da UG: UG - DEFENSORIA PUBLICA

Gestão: UG - DEFENSORIA PUBLICA

ESPECIFICAÇÃO	Saldo Anterior	Entrada	Saída	Saldo Atual
3390.30-01 01 00 COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTE	4.811,94	0,00	0,00	4.811,937
3390.30-04 04 00 GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	946,85	3.529,83	4.261,91	214,775
3390.30-07 07 00 GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	2.009,77	16.761,82	17.885,48	886,110
3390.30-16 16 00 MATERIAL DE EXPEDIENTE	58.008,52	68.007,60	73.122,79	52.893,330
3390.30-17 17 00 MAT. DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	109.026,35	79.550,40	53.340,73	135.236,019
3390.30-21 21 00 MAT.DE COPA E COZINHA	9.338,27	11.322,00	17.365,96	3.294,311
3390.30-22 22 00 MATERIAL DE LIMPEZA	41.224,53	190,96	11.818,48	29.597,003
3390.30-26 26 00 MATERIAL ELETRICO	5.982,48	1.538,80	371,85	7.149,425
3390.30-29 29 00 MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	240,90	0,00	240,90	0,000
3390.30-39 39 00 MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEICULOS	870,00	62,00	932,00	0,000
Movimentação Total:	232.459,59	180.963,41	179.340,09	234.082,91

	Total Geral de Materiais de Consumo em Almoarifado R\$ 234.082,91
--	---

Data: 28 de Maio de 2015

Responsável pelo almoarifado